INSTITUTO FEDERAL
Rondônia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

JOÃO VICTOR DE ARRUDA COSTA

**SEGURANÇA PÚBLICA: O USO DAS FORÇAS ARMADAS EM
GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**

PORTO VELHO

2019

JOÃO VICTOR DE ARRUDA COSTA

**SEGURANÇA PÚBLICA: O USO DAS FORÇAS ARMADAS EM
GARANTIA DA LEI E DA ORDEM**

Artigo apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, como requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Marialva de Souza Silva

PORTO VELHO

2019

“A nossa recompensa está no esforço, não no resultado. Um esforço total é uma vitória completa.”

Mahatma Gandhi

“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia.”

R. Collier

SEGURANÇA PÚBLICA: O USO DAS FORÇAS ARMADAS EM GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

João Victor de Arruda Costa ¹

Marialva de Souza Silva ²

Resumo

O presente artigo revisa o uso das Forças Armadas do Brasil em operações de segurança pública para garantia da paz social. Nesse sentido, fez-se necessário compreender e contextualizar o que é Garantia da Lei e da Ordem e como e por qual razão as Forças Armadas, no contexto da segurança pública, vêm sendo utilizadas nos últimos anos e como podem contribuir para tal dever do Estado. Assim, foi revista a legalidade do emprego das tropas militares em ações de segurança pública. A partir da leitura de documentos, textos, imagens e notícias de jornais eletrônicos, o estudo possibilitou analisar de forma mais profunda todos esses pontos, de tal forma a identificar a necessidade de maior divulgação das funções constitucionais das Forças Armadas, além de seu uso e atribuições em segurança da sociedade nos últimos anos, visto que parte da sociedade carece de informações a este respeito devido à falta de exposição em meios de comunicação. Logo, a intenção foi responder sobre a necessidade e legalidade da militarização da segurança pública no Brasil diante do caos da violência, observando-se que compete às forças auxiliares o dever de garantir a paz social, ainda que na falta desta é legal o uso das Forças Armadas neste sentido.

Palavras-chave: Forças Armadas. Legalidade. Ordem Pública.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade no Brasil tem alcançado níveis que criam uma percepção de que o policiamento é incapaz de controlá-la. Para se ter uma ideia entre os anos de 2010 a 2015, ocorreram 311.238 crimes violentos letais intencionais no Brasil (homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e ações policiais violentas, segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2017), além disso, estudos realizados pelo FBSP em conjunto com Datafolha na cidade do Rio de Janeiro e publicados no ano de 2018, demonstram a sensação de insegurança do brasileiro, apresentando a porcentagem de cidadãos que têm medo de ser vítima de algum ato criminoso nas ruas ou até mesmo em casa. Quando a desordem chega a níveis alarmantes, as ocorrências têm sido remediadas com o uso das Forças Armadas, principalmente no reforço do policiamento das cidades, bem como, na vigilância dos presídios.

¹ Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. E-mail: joaocosta_1993@yahoo.com.br

² Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. E-mail: marialva.silva@ifro.edu.br

A situação sempre gera um misto de medo e esperança, pois a princípio percebe-se que a situação chegou a uma condição tão insuportável que apenas as Forças Armadas são capazes de reestabelecer a supremacia do Estado, visto que esta entidade, segundo pesquisas do Instituto DATAFOLHA (2018), lidera o ranking das instituições em que a população brasileira mais confia (78%).

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 define que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e que é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Para isso está organizada nos seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

Assim, fica caracterizado na Constituição que o papel das Forças Armadas não está vinculado à segurança pública, já que há uma clara separação entre sua natureza e missão.

O artigo 142 da Constituição Federal traz o conceito de Forças Armadas, vejamos:

As Forças Armadas são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica e são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Como se constata, as Forças Armadas não são um órgão de segurança pública, ainda assim preparam-se para tal função, pois, extraordinariamente, podem vir a ser empregadas em operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op. GLO), cabendo aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos para o cumprimento desta destinação constitucional (Portaria Normativa nº 3461/MD, de 19 DEZ 2013).

Na verdade, o instituto da Garantia da Lei e da Ordem ocorre quando há um esgotamento das forças de segurança pública e que colocam em risco a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A atuação das Forças Armadas nessas ocasiões depende de decisão do Presidente da República, por iniciativa própria ou em atendimento a pedido dos poderes constitucionais, Presidente do Supremo Tribunal Federal ou do Presidente do Congresso Nacional.

O emprego das Forças Armadas nestes casos é temporário e os objetivos e ações serão devidamente comunicados à sociedade e à opinião pública, por uma equipe de comunicação social, com o propósito principal de dar transparência às ações e aos objetivos das Operações de Garantia da Lei e da Ordem. Para tanto, as forças armadas contarão, ainda, com auxílio dos órgãos de segurança pública e de outros órgãos que este instituto em si demanda e do apoio jurídico (Portaria Normativa nº 3461/MD, de 19 DEZ 2013).

Diversas foram as situações em que as Forças Armadas foram utilizadas em GLO, como por exemplo, no Rio de Janeiro (estado que mais se deparou com esta situação nos últimos anos) na ocupação do Complexo da Maré durante os anos de 2013 a 2015, devido à crise do sistema de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP); na cidade de Recife-PE, em 2016, 1.814 militares das forças armadas foram deslocados para realizar atividades da Polícia Militar; no estado do Rio Grande do Norte, as Forças Armadas foram utilizadas duas vezes, a primeira em janeiro de 2017 para combater a onda de ataques criminosos que acontecia em várias cidades do estado e a segunda, já em dezembro de 2017, para auxiliar na segurança do estado devido à greve dos policiais militares; e, também em 2017, no estado de Rondônia quando militares do Exército deslocaram-se para os municípios de Ariquemes, Cacoal, Porto Velho e Vilhena para fazer varredura em presídios com o objetivo de garantir a lei e a ordem nas dependências dos estabelecimentos prisionais.

2 Forças Armadas

2.1 Fundamentos Legais

Além do art. 144 da Constituição Federal de 1988, existe a Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, afirma em seu artigo 2º que as Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem.

Observa-se assim, que o Brasil pode empregar o efetivo de suas Forças Armadas em ações a fim de garantir a lei e a ordem, cabendo aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos para o cumprimento desta destinação constitucional (Portaria Normativa nº 3461/MD, de 19 DEZ 2013).

A forma como se dará este emprego encontra-se regulamentada na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, em seu art. 15, definindo que o emprego é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais. A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal.

Visando explicar o que seria “...esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...”, foi acrescentado à LC nº 97:

Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional (LC 117, 2004).

Vê-se então que o Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual define, de forma subjetiva, critérios para acionamento das Forças Armadas para preservação da ordem social, devendo avaliar se os instrumentos foram esgotados, ou seja, se estão indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao cumprimento de sua missão assim definida na Constituição Federal.

Desta forma, incluiu-se também no art. 15 da LC nº 97, pela LC nº 117, de 2004 que, após determinado o emprego das Forças Armadas, serão ativados órgãos operacionais, que desenvolverão, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações na garantia da lei e da ordem.

Segundo Oliveira (2007, p.25),

Para a atuação das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, a própria Constituição Federal limitou o uso de tropa inclinando a competência de iniciativa para os chefes dos poderes legalmente constituídos no Estado Democrático de Direito, ou seja, enquanto nenhum dos poderes constitucionais tomarem a iniciativa e o Presidente da República emanar a ordem para atuar nos “teatros urbanos ou rurais de operações”, nada pode fazer as tropas federais no intuito de restabelecer a paz social e exercer a vontade do Estado no sentido de garantir a segurança do cidadão comum, pois, se assim fizer, não observando os requisitos constitucionais, estará atuando contra o próprio Estado que criou normas justamente para dirimir conflitos, solucionar os problemas e garantir a estabilidade estatal na área de grandes transtornos sociais.

A fim de estabelecer orientações para o planejamento e o emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem, o Ministério da Defesa lançou por meio da Portaria Normativa nº 3461/MD, de 19 de dezembro de 2013, o Manual de Garantia da Lei e da Ordem (MD33-M-10), o qual apresenta conceituações, sistemática do emprego, planejamento, coordenação e características das operações, bem como o esquema de acionamento do emprego das Forças Armadas em Garantia da Lei e da Ordem, na hipótese de esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública.

É importante salientar que as Operações de Garantia da Lei e da Ordem caracterizam-se como operações de “não guerra”, pois, embora empregando o Poder Militar, no âmbito

interno, não envolvem o combate propriamente dito, mas podem, em circunstâncias especiais, envolver o uso de força de forma limitada (Portaria Normativa nº 3461/MD, de 19 DEZ 2013).

Assim como prevê a lei, as ações destinadas à paz social podem contar com o apoio e auxílio de órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público e de Segurança Pública das esferas Federal, Estadual e/ou Municipal, a fim de que o planejamento da Operação ocorra no contexto da Segurança Integrada, ou seja, que haja cooperação entre os órgãos envolvidos.

2.2 Operações de Garantia da Lei e da Ordem

A Constituição Federal de 1988 prevê o uso das Forças Armadas do Brasil em ações de garantia da lei e da ordem em casos em que há o esgotamento das forças de segurança pública. Ao primeiro pensamento imagina-se ser algo facilmente possível às Forças Armadas, já que são uma Instituição responsável pela Defesa Nacional, porém é algo que vai muito mais além e que necessita de preparação permanente e planejamento apropriado.

A garantia da Lei parece ser algo mais objetivo e crível, visto que está claramente definido na Constituição e escrito nas mais diversas Leis e Leis Complementares, atuando assim, as Forças Armadas, para que se mantenham em vigor. Entretanto a garantia da ordem pública é algo mais subjetivo e complexo, dado que a Constituição não define ordem pública em seus artigos e possui um sentido mais amplo.

Elia Júnior (2006) escrevendo sobre ordem pública traz um bom entendimento:

[...] um reflexo dos valores de determinada época e de certas culturas jurídicas, representando, assim, os valores que a moral vigente em nossa cultura jurídica considera fundamentais. Assim, tudo que se mostrar contrário a essa conformação moral básica será considerado contrário à ordem pública [...].

É possível também encontrar a definição de ordem pública no Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, o qual aprova o regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares:

Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum.

Portanto, manter a lei e a ordem é de vital importância para o Estado, garantindo o real significado de Estado Democrático de Direito. Deste modo, o governo pode optar por utilizar sua força militar para o controle do caos e garantia da paz social.

O emprego da força nestas operações deve seguir os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e legalidade. O Manual de Operações da Garantia da Lei e da Ordem, do

Ministério da Defesa (Portaria Normativa nº 3461/MD, de 19 DEZ 2013) define cada um dos princípios como:

- Razoabilidade consiste na compatibilidade entre meios e fins da medida. As ações devem ser comedidas e moderadas.
- Proporcionalidade é a correspondência entre a ação e a reação do oponente, de modo a não haver excesso por parte do integrante da tropa empregada na operação.
- Legalidade remete à necessidade de que as ações devem ser praticadas de acordo com os mandamentos da lei, não podendo se afastar da mesma, sob pena de praticar-se ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Ademais, a depender do emprego autorizado na operação, as seguintes ações podem ser tomadas pela tropa: assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado; controlar vias de circulação; desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, assegurando o seu funcionamento; garantir a segurança de autoridades e de comboios; impossibilitar a ocupação de instalações de serviços essenciais; assegurar o direito de ir e vir da população; impedir o bloqueio de vias vitais para a circulação de pessoas e cargas; permitir a realização de pleitos eleitorais; prestar apoio logístico aos Órgãos de Segurança Pública ou outras agências; proteger locais de votação; realizar a busca e apreensão de armas e/ou explosivos; e realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado.

Para isto, o Estado, através do Presidente da República, deve seguir etapas para o emprego das Forças Armadas na manutenção da paz social. Esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública, ou seja, havendo situações em que somente o emprego da polícia, ou de uma das forças de segurança pública previstas na Constituição, não é o suficiente, o Presidente da República, Governador de Estado ou do Distrito Federal declara a situação de insuficiência dos instrumentos de segurança, devendo o Governador solicitar formalmente o envio de tropas das Forças Armadas.

Caso decisão positiva do Presidente, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência é acionado, devendo expedir aviso da decisão ao Ministério da Defesa. Assim, o Ministério da Defesa expede a Diretriz Ministerial para o emprego, cabendo ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas emitir instruções para a utilização das Forças Armadas. Com isso, o Ministério da Defesa ativa os órgãos operacionais e solicita recursos necessários à operação, buscando junto à Advocacia Geral da União a devida e adequada assistência jurídica.

A partir de então, o Comandante da Operação, ora designado pelo Presidente da República, assume o controle operacional dos órgãos de segurança pública, havendo assim a realização de ações preventivas e repressivas necessárias durante a operação.

O emprego das Forças Armadas nestas situações deve ser episódico, ou seja, em área previamente definida e ter a menor duração possível. Assim, mediante evolução do caso, o Ministério da Defesa deve propor o encerramento da operação, havendo então reversão e desmobilização da tropa.

2.3 Empregos em Garantia da Lei e da Ordem

Certas situações de violência geram tal nível de insegurança na população que a percepção que se tem é de que apenas as Forças Armadas seriam capazes de reverter o problema. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, nos dias 06 e 07 de junho de 2018, sobre o grau de confiança nas Instituições, mostra que as Forças Armadas foram avaliadas como a instituição mais confiável (78%, DATAFOLHA 2018).

Ano após ano a percepção do cidadão em relação a violência tem aumentado. A violência e a criminalidade estão em pauta na sociedade brasileira, o que não é à toa visto o que as notícias diárias nos trazem. Segundo o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram 62.517 assassinatos cometidos no país em 2016, o que coloca o Brasil em um patamar 30 vezes maior do que o da Europa, sendo 553 mil mortes causadas pela violência intencional no Brasil na última década. Além disso, o número de presos, as taxas de encarceramento e, consequentemente, o déficit de vagas em presídios e a vitimização policial não param de crescer.

Em virtude disso e de todos os fatos expostos neste artigo, as Forças Armadas vêm sendo empregadas a fim de dirimir, ou reduzir, esses problemas. Após realizar estudo das Operações de Garantia da Lei e da Ordem, o Ministério da Defesa classificou os tipos de Operações GLO em: Violência Urbana, Greve da Polícia Militar, outras (operações como ações referentes a questões indígenas, segurança de instalações de interesse nacional, etc.), Segurança de Eventos (de acordo com o art. 5º do Decreto nº 3.897/2001) e Garantia da Votação e Apuração (de acordo com o Código Eleitoral Brasileiro), sendo as três primeiras de acordo com o art. 15 da Lei Complementar 97/99.

A partir da análise das operações ocorridas entre os anos de 1992 a 2019 e de acordo com a metodologia e classificação utilizadas, o Ministério da Defesa chegou as seguintes informações:

QUADRO 1: Números relativos às Operações de GLO.

TIPO	QUANTIDADE	PERCENTAGEM
Violência Urbana	23	17%
Greve PM	25	18,5%
Garantia da Votação e Apuração	22	16,3%
Eventos	38	28,1%
Outras	27	20,0%
Total	135	100%

Fonte: Histórico de Operações de GLO 1992-2019, MD.

No quadro 1 é apresentado a quantidade de vezes que as Forças Armadas foram utilizadas nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem e suas respectivas porcentagens, de acordo com o tipo de operação. Já no quadro 2 abaixo, são apresentadas as ocorrências por tipo ao longo dos anos dentro do período 1992-2019:

QUADRO 2: Ocorrências de GLO por tipo.

ANO	VIOLÊNCIA URBANA	GREVE PM	GVA	EVENTO	OUTRO	TOTAL
1992	0	0	1	1	0	2
1993	0	0	0	0	0	0
1994	2	0	1	0	0	3
1995	0	0	0	0	0	0
1996	0	0	1	0	4	5
1997	0	5	0	0	1	6
1998	0	0	1	2	3	6
1999	2	1	0	2	3	8
2000	0	4	1	3	3	11
2001	1	5	0	1	2	9
2002	0	0	1	1	0	2
2003	1	1	0	0	1	3
2004	4	0	2	2	1	9
2005	0	0	1	4	1	6
2006	1	0	2	1	3	7
2007	1	0	0	3	2	6
2008	0	0	1	0	0	1
2009	0	0	2	0	0	2
2010	1	0	1	4	0	6
2011	0	3	1	3	0	7
2012	1	1	1	3	0	6
2013	0	0	0	3	0	3
2014	2	2	1	3	0	8
2015	1	0	0	1	0	2
2016	1	1	1	1	0	4
2017	5	2	1	0	0	8
2018	0	0	2	0	3	5
2019	0	0	0	0	0	0
TOTAIS	23	25	22	38	27	135

Fonte: Ocorrências de Operações de GLO por Tipo 1992-2019, MD.

As quarenta e oito operações ocorridas e finalizadas no período 2010-2019 envolveram um custo total de R\$ 1.975.020.691,84, de acordo com a Chefia de Operações Conjuntas, do Ministério da Defesa, divulgado em tabela de Efetivos e Custos de GLO atualizada em 16 de janeiro de 2019.

De 2010 a 2019 foram 49 (quarenta e nove) operações GLO, sendo que dessas a Operação Tucuxi II encontra-se em andamento com envolvimento de 532 militares destinados à proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados no Estado de Roraima, prevista para ser finalizada em março de 2019.

A Operação de Garantia da Lei e da Ordem com maior envolvimento de efetivo durante o período 2010-2019 foi do tipo Garantia da Votação e Apuração (GVA), nas eleições municipais de 2016 nos dias primeiro e dois de outubro, realizado em todo o Brasil durante a votação e apuração das urnas, onde foram empregados 44.237 militares e um custo total de cerca de trinta milhões de reais.

Já a Operação com maior custo no período foi do tipo Eventos, durante a Copa das Confederações em 2013, onde 20.900 militares atuaram em GLO para implementar as medidas de segurança necessárias à realização do evento nas cidades sede. Esta operação custou R\$ 418.217.305,71, de acordo com a tabela de Efetivos e Custos de GLO do Ministério da Defesa.

No contexto Violência Urbana, as Forças Armadas foram empregadas para preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, além de outras ações de GLO, como na Operação São Francisco, no Rio de Janeiro onde uma média de 2.900 militares atuaram no Complexo da Maré em 2014. Já na Bahia, na cidade de Ilhéus, as tropas da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro atuaram na Operação Ilhéus a fim de implementar medidas de GLO, tendo em vista animosidades entre indígenas e produtores rurais.

Em Pernambuco e no estado do Espírito Santo os militares entraram em ação devido à greve da Polícia Militar. 1.814 militares foram deslocados em Pernambuco no ano de 2016 e outros 2.936 no Espírito Santo em 2017, visando contribuir para a segurança pública nestes estados, preservando a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Assim, diversas são as ações utilizadas durante as operações e todos esses acontecimentos foram suficientes para comprovar o bom preparo das Forças Armadas e o bom planejamento das ações, o que contribuiu para o bem urbano.

3 METODOLOGIA

Neste artigo, foram feitas pesquisas relacionadas ao uso das Forças Armadas em Garantia da Lei e da Ordem (GLO). O tipo de estudo é qualitativo, pois busca-se entender os significados subjetivos das experiências pessoais a respeito da GLO. Segundo Malhotra *et al* (2005), o objetivo da pesquisa qualitativa é a obtenção da compreensão qualitativa do problema, a mostra é tomada por um número pequeno de casos, a coleta dos dados não é estruturada e sua análise não é estatística. Assim, esta pesquisa não visa criar estatísticas acerca do tema, ou seja, não visa quantificar os dados apurados por meio de números.

A pesquisa utiliza, como estratégia de investigação, o estudo de teoria fundamentada, pois será realizada revisão bibliográfica e documental. Para Marconi e Lakatos (2011, p.57), "A pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo." Gil (2010, p. 50) ainda afirma sobre a pesquisa bibliográfica: "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos."

Quanto aos objetivos, é descritiva, pois de acordo com Malhotra *et al* (2005), a pesquisa descritiva é um tipo de pesquisa conclusiva e é marcada pela formulação de hipóteses específicas. Já quanto ao método de pesquisa específicos envolverá a análise de documentos, textos e imagem, pois serão examinadas as notícias em jornais eletrônicos das cidades investigadas. A população são as cidades onde as Forças Armadas foram empregadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa resolve entender o emprego das Forças Armadas, de acordo com a legalidade, frente à crescente onda de violência que assola o Brasil nos últimos anos.

Considerando o estudo da Constituição Federal e o conjunto de leis referenciados na pesquisa, é possível compreender a legalidade no uso das tropas federais em segurança pública, tratando-se de operações para a garantia da lei e da ordem, preservando a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Para isso, o Decreto Presidencial autorizando o emprego das Forças Armadas apresenta um limite do uso, fazendo com que seja episódico em área previamente estabelecida e por tempo limitado. Assim, as Forças Armadas, apesar de cumprirem muito bem seu dever constitucional, devem ser utilizadas apenas em último caso, garantindo às forças de segurança pública seu dever de proteção da ordem pública e da paz social.

Importante destacar então tamanha contribuição do estudo deste tema para a sociedade, visto que ano após ano as estatísticas referentes a violência aumentam e, por consequência, medidas protetivas e corretivas advindas do Estado também.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise profunda dos mecanismos legais para aplicação das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem, bem como de sua atuação no contexto de segurança pública. Permitiu ainda, analisar documentos, notícias e imagens publicadas nas diversas fontes de comunicação, possibilitando o compartilhamento de acontecimentos como esses nos últimos anos.

Dada a importância do assunto, torna-se necessário maior divulgação das funções constitucionais das Forças Armadas do Brasil, além de suas atuações no quesito segurança pública. Nesse sentido, cumpriu-se responder aos objetivos propostos, informando à sociedade acerca de tal instituição brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 3.897, de 24 de ago. de 2001. **Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências**. Brasília, DF, ago 2001.

BRASIL. Decreto n. 88.777, de 30 de setembro de 1983. **Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200)**. Brasília, DF, set 1983.

BRASIL. **Histórico de Operações de GLO 1992-2019, MD**. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem> > Acesso: 20 fev. 2019.

BRASIL. Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999: Dispõe sobre as normas gerais para a **organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília: 1999.

BRASIL. Lei complementar nº 117 de 02/09/ 2004: Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego **das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias**. Brasília: 2004.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília: 1980.

BRASIL. **Ocorrências de Operações de GLO por Tipo 1992-2019, MD**. Disponível em: < <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem> > Acesso: 20 fev. 2019.

BRASIL. Portaria Normativa nº 3461/MD de 19 de dezembro de 2013. **Manual Garantia da Lei e da Ordem**. 2013.

ELIA JUNIOR, Mario Luiz. **Conceito de ordem pública e sua aplicação quando da homologação de sentença arbitral estrangeira**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1124, 30 jul. 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 11ª Edição. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), JUNHO 2018. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP Atlas da Violencia 2018 Relatorio.pdf> > Acesso: 18 fev. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Rio sob Intervenção: medo, percepção de risco e vitimização na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Relatório ICJBrasil**. 2017. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS DATAFOLHA. **Grau de confiança nas instituições.** 08 de junho de 2018. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/06/15/e262facbdfa832a4b9d2d92594ba36eeci.pdf>> Acesso em 16 fev. 2019.

MALHOTRA *et al.* **Introdução a Pesquisa de Marketing.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Wladimir Costa de. **O poder de polícia e as forças armadas na atuação de segurança pública.** 2007. 63 f. monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do Pará Campus de Marabá Colegiado de Direito, 2007.